

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DA AMREC Nº 10 DE 26 DE JULHO DE 2022 – HORÁRIO: 11horas – AUDITORIO DA AMREC**

1 Aos vinte e seis dias do mês de julho de 2022, as 11 horas, se reuniram no  
2 auditório da AMREC, em Assembleia Geral Extraordinária, os (as) prefeitos  
3 (as) da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) para  
4 tratar do assunto da pauta: ACP do Carvão. Participaram da reunião, o  
5 presidente da AMREC e prefeito de Forquilha José Cláudio Gonçalves; o  
6 prefeito de Treviso Valério Moretti; o prefeito de Criciúma Clésio Salvaro; o  
7 prefeito de Urussanga Luiz Gustavo Cancelier; o prefeito de Orleans Jorge  
8 Koch; a prefeita de Içara Dalvania Cardoso; o prefeito de Nova Veneza  
9 Rogério José Frigo; a vice prefeita de Lauro Muller Soraia Curcio Librelatto;  
10 o prefeito de Cocal do Sul Fernando de Fáveri; o prefeito de Siderópolis  
11 Franqui Salvaro; o Procurador do MPF Dr. Darlan Dias; o advogado do MME  
12 Dr. Mauro Sousa; o procurador da República Dr. Dermerval Filho; o  
13 engenheiro do MPF Dr. Tiago Luiz Costa; do MPF Dr. Samuel dos Santos  
14 Liecheski; da Carbonífera Catarinense Eduardo Rabello; Diretor executivo  
15 SIESESC Marcio Cabral; procurador chefe do MPF em SC Daniel Ricken; o  
16 engenheiro da SATC Luciano Biléssimo; o diretor do IMA Marcos Favro; o  
17 deputado federal Daniel Freitas; a Pró Reitora da UNESC Gisele Coelho  
18 Lopes; o Diretor Executivo da AMREC, Nelson da Silva; o assessor jurídico  
19 da AMREC Giovanni Dagostin. O cerimonial foi conduzido pela jornalista  
20 Cristiane Freitas, da assessoria de imprensa do município de Forquilha.  
21 Composição da mesa: José Cláudio Gonçalves, Dr. Darlan Dias, Dr. Luiz  
22 Augusto Santos Lima, Dr. Mauro Souza, Dr. Juliano Vilaverde de Carvalho,  
23 Dr. Dermeval Vieira Filho, Clésio Salvaro, Marcio Cabral, Dr. Daniel Lobo e  
24 Dr. Daniel Ricken. Iniciando a pauta, senhor Willian Santana do Centro  
25 Tecnológico da SATC faz uma apresentação sobre a grande problemática  
26 que tem hoje e que deve ser resolvida: áreas urbanas que tem litígio com  
27 área de ação civil pública do carvão. “Iniciou como ação civil pública depois  
28 sentença, isso há mais de 20 anos, englobou especialmente áreas dentro  
29 do perímetro urbano dos municípios, em que durante um século se foi  
30 depositando rejeitos da mineração, porque, ao contrário do que se pensa,  
31 é um ótimo material base para aterros, fisicamente dá uma boa base para  
32 estradas e aterros de lotes e quimicamente é muito danoso, gera drenagem  
33 ácida. Os réus citados na sentença, como união e empresas ativas, vem  
34 executando planos de recuperação”. Willian mostra fotos de áreas antes e  
35 depois da recuperação, como setor São Geraldo, entre Criciúma e  
36 Siderópolis e outra área entre o Bairro Mina do Mato, Bacia do Rio Toninho,  
37 afluente do Rio Sangão, em 2005 e hoje recuperada, para um futuro voltado  
38 a urbanização, com traçado urbano planejado. Cita que alguns bairros de  
39 Criciúma e cidades da região se desenvolveram no contexto de vilas  
40 operárias, como Santa Bárbara, Operária Nova, Mina do Toco, Cidade  
41 Mineira, Próspera e outros. Willian mostra fotos do Bairro Cidade Alta de  
42 Forquilha, sem condições para colocar moradias. “Temos áreas  
43 industriais em cima de grandes depósitos de rejeitos em perímetro urbano,  
44 a indústria está lá pré-ACP, e caso queiram expandir ou demolir, há  
45 insegurança jurídica. Para isso estamos aqui hoje, num discurso uníssono,

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DA AMREC Nº 10 DE 26 DE JULHO DE 2022 – HORÁRIO: 11horas – AUDITORIO DA AMREC**

46 para gerar uma segurança política, com definição de opções e orientações  
47 para recuperação, e orientação explícita de como proceder nestas áreas”.  
48 William cita a pressão social para recuperar áreas degradadas. Mostra fotos  
49 de retirada de rejeitos de beira de rios, uso inadequado do solo e a pressão  
50 social é grande para recuperar essas áreas. Willian fala que maiores  
51 informações estão disponíveis no site [www.acpcarvao.com.br](http://www.acpcarvao.com.br), com  
52 relatórios completos. Cita como exemplo, mancha urbana de Criciúma,  
53 áreas que no passado tiveram rejeitos, áreas recuperadas, áreas  
54 urbanizadas, áreas com indústrias. “O problema está público e evidente,  
55 muitas áreas de ação civil pública dentro da mancha urbana, são 6.503  
56 hectares dentro da ACP, precisamos de um planejamento ordenado com  
57 critérios para crescimento”. Cita o município de Siderópolis, se crescer para  
58 leste ou oeste, vai esbarrar em terrenos de ACP. O município tem interesse  
59 em fazer um parque, para isso tem que atribuir valores para os indicadores,  
60 se a obra tem valor social, ou valor comunitário, tentando chegar a um  
61 equilíbrio, não prejudicando o ambiente nem o futuro das cidades. Criciúma  
62 e Siderópolis concentram a maior parte das áreas de ACP, muitos hectares  
63 de áreas urbanas e residenciais. Municípios devem ter a mesma conduta  
64 diante das construções em áreas de ACP. Olhar diferenciado em cima das  
65 áreas em perímetro urbano que se desenvolveram em áreas de  
66 recuperação, tentar regularizá-las, e uso econômico destes locais, nas áreas  
67 onde os municípios querem colocar indústrias, tem que conciliar visando  
68 desenvolvimento coeso e regional, criando critérios que valem para toda a  
69 região. William apresenta um vídeo de uma área recuperada no município  
70 de Criciúma, onde hoje está instalado o Parque dos Imigrantes no Distrito  
71 do Rio Maina - Criciúma. Na sequência o Presidente da AMREC, o prefeito  
72 de Forquilha, José Cláudio Gonçalves, citando a preocupação dos  
73 prefeitos sobre este tema. Espera que hoje tenha encaminhamentos  
74 concretos, pois representa muito para o desenvolvimento da região. Abre a  
75 palavra para o público técnico presente. Eduardo Preis, consultor do  
76 município de Forquilha, cita que, trabalhar na região carbonífera, é  
77 trabalhar com áreas de ação civil pública. Momento de repensar, discutir,  
78 envolver as áreas no Plano de Desenvolvimento Regional da UNESCO, e nas  
79 formas ideais de uso, pois hoje podem estar impactando fortemente no  
80 desenvolvimento. Cita também as áreas consolidadas urbanas que estão  
81 em várias categorias de uso, como ocupação industrial e área verde,  
82 considera que é melhor usar do que deixar desocupadas, pois boa parte  
83 destas ocupações são de forma degradada e desordenada. Sugere como  
84 encaminhamento, elencar critérios de utilização pontual de cada área, como  
85 está sendo proposto no Plano Diretor de Forquilha, pois a tendencia é  
86 que as áreas vizinhas também sejam recuperadas. Prefeito Clésio Salvaro  
87 faz uso da palavra. Fala do impacto negativo no crescimento das cidades  
88 por conta da ACP do carvão, não só as cidades da AMREC, da mesma forma  
89 da AMUREL, como Tubarão e Capivari de Baixo. Criciúma hoje tem mais de  
90 250 empreendimentos parados por causa da ACP do carvão. Cita que

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DA AMREC Nº 10 DE 26 DE JULHO DE 2022 – HORÁRIO: 11horas – AUDITORIO DA AMREC**

91 nossas cidades foram construídas em cima da pirita, que é o rejeito do  
92 carvão. É necessário ter um olhar mais flexível, senão as próximas gerações  
93 também serão penalizadas, assim como a nossa. Criciúma está entre as 11  
94 cidades que tem a melhor qualidade de vida, então não é a pirita nem o  
95 rejeito, mas sim flexibilizar, compreender que no passado era assim  
96 mesmo. Salvaro cita que o governo federal, através da CSN - Companhia  
97 Siderúrgica Nacional, foi que mais degradou áreas de pirita, em Siderópolis,  
98 Treviso e Urussanga, através da draga chamada Marion. "O problema é que  
99 não seremos competitivos com outras cidades e nem com outras regiões.  
100 A ACP do carvão tira toda a capacidade competitiva". Prefeito Salvaro fala  
101 que o debate hoje é para flexibilizar essa situação, e cita como exemplo,  
102 uma área que está mapeada na ACP do carvão não consegue se  
103 desenvolver, mas o Bairro Pio Correia se desenvolve, mesmo com metros  
104 de pirita, porém não está citado na ACP do carvão, provando que não pode  
105 afetar a qualidade de vida da população. Fala que é possível autorizar o  
106 empreendedor interessado em recuperar, sem anuência do concessionário,  
107 mas seguindo os critérios técnicos do GTA, observando toda  
108 responsabilidade técnica ambiental, pois ninguém quer descumprir a lei, e  
109 o GTA tem condições de avaliar as áreas, e aí sim as cidades têm condições  
110 de serem competitivas. Prefeito cita que tem áreas invadidas por famílias  
111 que construíram as casas em cima de pirita, e a prefeitura não pode fazer  
112 a regularização. Finaliza falando: "Hoje pedimos a liberação para o uso das  
113 áreas urbanas consolidadas e a dispensação da anuência dos responsáveis,  
114 ficando a cargo do interessado da superfície". Presidente José Cláudio  
115 Gonçalves reforça o pedido de uma flexibilização com o desenvolvimento  
116 sustentável para os nove municípios inseridos na ACP do carvão. Fala que  
117 a Região de Criciúma era uma das mais desenvolvidas e hoje é a que menos  
118 cresce, e a ACP do carvão é um dos fatores. Fala que a reunião que  
119 aconteceu em Brasília, em junho, está surtindo efeitos, e hoje é necessário  
120 sair daqui com encaminhamentos. Dr. Darlan Dias, procurador do MPF, faz  
121 uso da palavra, fala que atuou por 11 anos em Criciúma, e na época, houve  
122 uma mobilização técnica, conseguindo avançar em uma estruturação com  
123 as empresas e entidades, como SIESESC, SATC e Comitês das Bacias, e  
124 hoje boa parte das áreas estão recuperadas, algo impensável há 20 anos  
125 atrás. Dr. Darlan fala das audiências públicas realizadas com dificuldades  
126 nos municípios, o assunto não era muito discutido na época. Hoje os  
127 prefeitos já veem como áreas que podem ser recuperadas e terem uma  
128 utilização nobre. "É possível sim recuperar um passivo ambiental de mais  
129 de um século". Fala que essa mobilização da região está sendo muito  
130 importante, sendo que o Ministro das Minas e Energia ficou sensibilizado,  
131 designou um interlocutor, o Dr. Mauro, consultor jurídico e futuro diretor  
132 geral da Agência Nacional de Mineração que a partir de dezembro estará à  
133 frente da Política de Mineração do Brasil. Dr. Darlan fala que, da parte do  
134 MPF, o Procurador Geral da República mobilizou a cúpula para conhecer o  
135 problema, trazendo o coordenador da Câmara de Meio Ambiente, Dr.

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DA AMREC Nº 10 DE 26 DE JULHO DE 2022 – HORÁRIO: 11horas – AUDITORIO DA AMREC**

136 Juliano, o coordenador da Câmara de Ordem econômica e o Dr. Luiz  
137 Augusto, procurador chefe e o secretário de perícia. Cita que o problema  
138 deve ser encarado com razoabilidade, que deve ser dividido em partes, e  
139 as situações devem ser diferenciadas, pois as áreas são diferentes e a  
140 situação de urbanização é diferente. Cada situação deve ser tratada de um  
141 jeito. O MPF não pode renunciar seu papel, deve entender quem é o réu e  
142 identificar a empresa responsável. A união é responsável por 1/3 do  
143 passivo. Dr. Darlan cita que a CSN é um grande problema, que abandonou  
144 os passivos que tem aqui, isso precisa ser tratado juridicamente, abrindo  
145 negociação com quem resolve. Dr. Juliano, Coordenador da área  
146 Ambiental, faz uso da palavra, fala que veio conhecer a região e que já  
147 acompanhou a comitiva numa visita em Pittsburgh-EUA. O papel das  
148 Câmaras de Coordenação é apoiar o trabalho do procurador local, e servir  
149 de elo entre MP local e quem decide as questões macro da região. Fala que  
150 o município de Criciúma é uma oportunidade para desenvolvimento, para  
151 ajudar o país a superar essa questão de transição energética, e o  
152 abastecimento para o crescimento econômico. “Nosso papel é apoiar os  
153 municípios, apoiar Dr. Dermeval, a Procuradoria da República de SC como  
154 parceiro da população e da sociedade”. Dr. Dermeval, procurador do MPF  
155 em Criciúma, faz uso da palavra, fala que essa questão é o maior passivo  
156 ambiental, maior condenação da união. Faz uma contextualização, fala que  
157 a ACP foi uma solução para a região de um problema crônico, a união  
158 abandonou a região nos anos 90, todo passivo ambiental ficou aqui  
159 afetando a vida das pessoas. A utilização da pirita como base para aterro  
160 foi por falta de conhecimento, desinformação. A própria ACP do carvão era  
161 um completo desconhecimento. A nação mais rica do mundo (EUA) enfrenta  
162 ainda hoje problemas de como recuperar áreas degradadas. “Estamos  
163 diante de um problema, o desconhecimento que havia antes, levou a  
164 situações que hoje não se cometem mais, prevenindo erros futuros. A ACP  
165 veio para alertar a sociedade, corrigiu rumos, o setor público, o MPF  
166 aprendeu com o setor”. Cita que, por dificuldade de interlocução com os  
167 municípios, algumas áreas degradadas eram vendidas por valores  
168 simbólicos, não valiam nada. Depois, com a recuperação, com a expansão  
169 da malha urbana, voltou a ter valor essas áreas, pois representavam  
170 desenvolvimento, ativo importante. Município de Criciúma pode crescer,  
171 com grandes áreas da CSN que cercam duas entradas do município, no  
172 Bairro Renascer e Bairro Mina Quatro, são 4 mil hectares. Dr. Dermeval cita  
173 que outro problema é a urbanização desenfreada. “O Parque dos Imigrantes  
174 é um exemplo de uma intervenção do município, pois quando envolve  
175 empresas locais é mais fácil resolver, já com a União e com a CSN, é mais  
176 moroso. Município de Siderópolis também está construindo seu parque, não  
177 depende do aval do MPF. Criciúma construiu o Posto de Saúde do Bairro  
178 Vosocris numa área degradada da ACP do carvão, da mesma forma a Escola  
179 do Filho do Mineiro está sendo construída”. Cita que o MPF já recomendou  
180 aos municípios, quando o terreno está inserido parcialmente em área de

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DA AMREC Nº 10 DE 26 DE JULHO DE 2022 – HORÁRIO: 11horas – AUDITORIO DA AMREC**

181 ACP, que excluam dos processos essas áreas de ACP, e se for loteamento,  
182 transferir área verde para aquele local, desmembrando, ou seja, nada está  
183 sendo impedido. Dr. Dermerval fala que a orientação aos municípios,  
184 quando se deparar com bairros de urbanização altamente consolidada, que  
185 seja elaborado um diagnóstico, que o MPF irá registrar e a empresa irá  
186 buscar uma compensação socioambiental para devolver ao município em  
187 forma de bem social. O MPF tem limitações quanto aos critérios técnicos  
188 para recuperação de áreas, e se não são suficientes para recuperação, pede  
189 que seja indicado. Fala que negociar com grande empresa é fácil, vem tudo  
190 pronto, o mesmo não acontece com pequenas e médias empresas. MPF não  
191 tem a disponibilidade de dizer o que fazer, é um direito da sociedade, com  
192 a nova política pública de transição energética, está a inclusão de  
193 recuperação das áreas. O MPF agilizará junto ao executivo para tirar do  
194 papel a previsão e colocar em prática. Dr. Dermerval convida a AMREC para  
195 indicar três técnicos para compor o GTA, que dia 10/8 se reunirá com o  
196 mapa das áreas urbanizadas para consolidar todas as áreas e identificar a  
197 complexidade de cada uma delas, e buscar uma solução, e até novembro  
198 estar com uma proposta pronta. Hoje o GTA é composto por membros  
199 representando os réus do processo, CPRM (Companhia de Recursos de  
200 Resíduos Minerais), comitês de bacia, SIECESC, empresas carboníferas,  
201 IMA, Governo federal, MPF e ANM. Dr. Mauro cumprimenta a todos  
202 presentes, agradecendo o convite, elogiando a organização do evento. Cita  
203 que não há antagonismo entre desenvolvimento social, crescimento  
204 econômico e meio ambiente, mas que deve buscar uma conciliação; ACP  
205 não é algo danoso, tem papel relevante, trouxe à tona um problema de  
206 longa data. Fala que a CPRM (empresa vinculada ao Ministério de Minas e  
207 Energia), a ANM (Agência Nacional de Mineração) não são réus no processo,  
208 União sim, e aqui estão lado a lado, buscando atuar de forma ordenada  
209 buscando soluções. Fala do Decreto Ministerial nº 11.124 de 07/07/2022,  
210 assinado há 15 dias, para aplicação concreta da lei, com a criação de um  
211 conselho, com vaga para representante da Associação, da associação do  
212 carvão mineral e dos trabalhadores entre outros. A União tem compromisso  
213 com o desenvolvimento, com a questão ambiental, compromisso em  
214 preservar as atividades econômicas, e estimular novas possibilidades, sem  
215 rejeitar a utilização do carvão como um recurso para uma segurança  
216 energética que precisamos, como a crise hídrica. "Não podemos renunciar  
217 a nossos insumos e das fontes de energia, todo apoio será dado pela União  
218 para preservar e estimular novas oportunidades, gerando emprego e  
219 renda". Fala do papel do MPF, na execução, não é responsável sobre o que  
220 pode e deve ser feito, tem que acreditar nas instituições técnicas e o poder  
221 público como está ordenado hoje, não há centralização, tem que trabalhar  
222 formas mais assertivas para impulsionar o crescimento. Presidente da  
223 AMREC, José Cláudio confirma que a AMREC indicará três membros técnicos  
224 para compor o GTA. Fala que os prefeitos irão conversar internamente, há  
225 necessidade de ajustar os discursos, pois há divergências de colocações

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DA AMREC Nº 10 DE 26 DE JULHO DE 2022 – HORÁRIO: 11horas – AUDITORIO DA AMREC**

226 entre MPF, parte técnica e prefeitos. Nada mais a tratar, o presidente  
227 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião as  
228 12h30min. E, para constar, eu, Margarete Maria Pasetto Biléssimo,  
229 secretária desta reunião, lavrei a presente ata que depois de aprovada na  
230 próxima Assembleia de prefeitos, será assinada por mim, pelo presidente e  
231 por aqueles que assim desejarem.

232

233

234 Criciúma, 26 de julho de 2022

235

236

237

-----

**José Claudio Gonçalves**

Presidente da AMREC

Prefeito de Forquilha

241

242

-----

**Margarete Maria Pasetto Biléssimo**

Secretária AMREC

244

245